

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

VERGÍLIO TABORDA: *Maquiarei e Antimaquiavel*. i53págs. Coimbra, 1939.

Por dedicação de antigos condiscípulos do falecido A. — que ensinou nesta Faculdade —, pôde esta obra sobreviver a quem carinhosamente a escreveu.

Carinhosamente, dissemos, porque Vergílio Taborda vê-se que pôs neste pequeno livro todo o seu amor pelas coisas do Passado e pelas coisas do Pensamento. E a obra de alguém que sabia investigar e sabia pensar.

Não é um livro de grande fôlego. Era ainda estudante o seu A. quando escreveu estas páginas. Como estudante, escreveu-as nas horas vagas: «sabe Deus como» — desabafa.

Abençoadas horas vagas, essas que V. T. tão bem preencheu! Deram-nos com que passar algumas horas de bom proveito espiritual, de que em seguida daremos conta.

Formam este livro duas Partes: *Maquiavelismo*, com 4 capítulos, e *Antimaquiavelismo Peninsular*, com 7.

Começa o A. por nos mostrar aquelas bases ideológicas que suportaram a construção do Maquiavelismo. Diante do homem — pessimismo condenatorio; diante do Estado — laudatorio optimismo. O Estado é o disciplinador desse ser maléfico que é o homem. Todo o aperfeiçoamento do homem há-de vir do Estado. Daí que o Estado deva ser necessariamente forte. Parece, no entanto, exagerado concluir, das premissas tomadas, que o único fim do Estado é, para Maquiavel, o próprio Estado (pág. 6). Logo na pág. anterior, ficava, efectivamente, escrito: «Se são estas as condições da natureza humana, foi mister estabelecer-se o vínculo político. » Parece, portanto, que o vínculo político existe (como é facto) para o homem.

Mas o Estado, como meio único da humana perfeição, passa de algum modo a ter o valor de um fim em si, pois se substitui integralmente ao homem no que éste pode ter de aspiração ao Bem.

Quere dizer: o homem deve aperfeiçoar-se; mas só o Estado o pode aperfeiçoar; logo, num ponto de vista prático, falar do Estado é falar do próprio fim do homem. Êste ponto da doutrina

maquiavélica, claramente o afirma o A., quando, a um outro propósito, escreve: «Chegando à conclusão de que o fim justifica todos os meios, perde de vista aquele fim por só exercer o espírito na análise dos meios. Estes passam a ter um valor em si, independentemente da finalidade a que se dirigem.» (pág. 8).

Daí que a única lei do Estado seja propriamente a conservação do Estado. Essa lei, para cumprir-se, tem de atender ao modo de ser dos homens. Se os homens são naturalmente maus, o Estado tem de tratá-los com dureza e engenho — *força e astúcia*.

A Política, para Maquiavel, é pois totalmente independente da Moral: *é outra coisa*.

Neste ponto, o A. faz notar a origem renascentista desta teoria política: *Vuomo unico* era o ideal do Renascimento. Quando se procura a originalidade por si mesma, a virtude e o crime são equivalentes.

Tábua rasa da Moral. E a Religião? O A. resume o pensamento maquiavélico neste ponto, numa fórmula feliz de sabor escolástico: *religio ancilla imperii*. E o Paganismo que renasce neste homem para quem *César é tudo*. O amor da terra, o amor da vida, o delírio da glória e do Poder, a Religião como ópio do Povo — o Humanismo pagão sob a forma de uma Política... O nosso tempo conhece o que isto seja...

E sobre estes fundamentos que Maquiavel formula as suas ideias políticas. *Ideias*, e não *sistema*. Maquiavel não tem uma doutrina política. O problema filosófico do fundamento do Poder não lhe interessa. A sua atitude é sobretudo descritiva e classificadora.

Para Maquiavel, o Estado percorre este ciclo histórico: Monarquia Tirania -+ Aristocracia Oligarquia -► Democracia -*• Anarquia Monarquia. Note-se que o que Maquiavel chama Tirania é a própria Monarquia hereditária. E fácil de explicar esta confusão, dentro do pensamento maquiavélico: a Monarquia é o govêrno do mais forte; mas, como o filho do Rei não é necessariamente o mais forte, o Poder, nas suas mãos, é um Poder tirânico. Isto é: ao que nós chamamos Tirania, chama êle Monarquia; ao que ele chama Tirania, chamamos nós Monarquia.

Príncipe? Povo? — O que vale é o Estado. Ora, nas circunstâncias da Itália, só o Príncipe podia servir o Estado. — E teoricamente?—Maquiavel é um homem de problemas práticos. O A. põe

claramente em relevo a atitude pragmática assumida por Maquiavel nestes problemas em que era de esperar uma posição teórica: «Suponha-se, um momento, que era possível ressuscitar Maquiavel e que o conjurávamos a revelar o seu segredo, o segredo destas contradições. A resposta, queremos crê-lo, seria apenas um sorriso de piedade. República, monarquia, valendo por si, no lugar e no tempo — uma questão de monges! Os regimes valem em função do fim que se tem em vista.» (pág. 20).

César Bórgia é, como se sabe, o modelo que Maquiavel propõe aos Príncipes: é o seu herói. E no entanto — observa agudamente o A. —, «Por brilhante, astucioso e forte que fosse o valentinês, caso é que não venceu — e a política do *Príncipe* é a dos que sabem vencer».

Com Paul Janet, ensina Vergílio Taborde que o maquiavelismo é por igual aplicável a todas as formas de governo. O Despotismo e o Terrorismo são monstros gerados no mesmo seio: a Política alheia à Moral.

«Tudo o que separa Maquiavel da Idade Média se mede num olhar ao notar-se que o maquiavelismo é a *laicização da política*». (pág. 6). Nestas palavras compendia o A. o que afirma sobre a originalidade de Maquiavel. Mas as palavras que a seguir transcrevemos dão àquela *originalidade* o seu valor legítimo: «Este homem político, este príncipe de Maquiavel, não tem o escritor florentino que inventá-lo. Não é uma criação do seu espírito, é uma realidade viva que êle tem debaixo dos olhos.» (pág. 33). E da contra-posição destas duas observações que ressalta a verdadeira originalidade de Maquiavel. Dentro da sua época e da sua Pátria, o pensador florentino nada tem de estranho. E em relação com o tempo que correu antes e o tempo que veio depois, que Maquiavel é original. E-o, porém, como o próprio Renascimento, do qual foi, na feliz expressão do A., singular resumo, (cf. pág. i3).

E o último capítulo da i.^a Parte que vem esclarecer, com o estudo da génese do Maquiavelismo, este problema da originalidade de Maquiavel.

Em duas fontes vê o A. que Maquiavel bebeu: os escritores clássicos, e a política italiana do seu tempo. Político ao ler os clássicos; humanista ao observar a sua época — Maquiavel tem no *Príncipe* o fruto desta dupla posição.

Das breves páginas deste capítulo, seja-nos lícito destacar o contraste da Itália com o resto da Europa, essa Europa onde, apesar-de tudo, «havia uma tradição regular de governo e profundos sentimentos cristãos», essa Europa «que se conserva[va] fiel às disciplinas tradicionais». Hoje, Maquiavel podia escrever o seu *Príncipe* mesmo fora da Itália...

A 2.^a Parte dêste livro ilustra notavelmente as observações anteriores. Sobre a Itália, o Maquiavelismo cai como a chuva sobre o mar: os espíritos acolhem-no sem sobressalto, como se recebe algue'm da própria família... Não assim pela Europa fora, e muito especialmente na Península Ibérica, cujo' *ideário* o A. apresenta em páginas de admirável compreensão.

«O maquiavelismo era a expressão máxima da política nova, realista e pagã: combatendo-o, as nações peninsulares não se afastavam do caminho que se haviam proposto percorrer.» (pág. 5g). Esta conclusão deve juntar-se a outra : Reis e povos pensam de igual modo que o poder só é legítimo quando visa o bem da nação. Assim, os princípios da escolástica encontram eco no mais íntimo da alma nacional. Eis outro facto que explica porque é tão viva a reacção contra a teoria maquiavélica do govêrno tirânico.» (pág. 63).

Em três tratadistas espanhóis — Ribadeneira, Quevedo e Saavedra Fajardo — analisa o Dr. Vergilio Taborda a reacção do Catholicismo ao Paganismo maquiavélico.

Quanto a Ribadeneira — resume o A.—, «Ao príncipe tirânico de Maquiavel, vai ele opor o ideal do príncipe cristão segundo o Evangelho; à política do interêsse, vai substituir a política de Deus.» (pág. 67). E esta atitude anti-maquiavélica, é-o confessadamente.

O mesmo se não dá em Quevedo, o qual «não é propriamente um contraditor de Maquiavel. Mas as suas obras políticas, de funda inspiração cristã, são a condenação da doutrina do *Príncipe*.» (pág. 77). Para êle, «A verdadeira política consiste em respeitar as leis divinas e humanas.» (pág. 86).

Saavedra, experimentado diplomata, opõe-se a Maquiavel em nome de um Cristianismo sincero e esclarecido, mas há pontos em que de algum modo transige com o realismo do florentino. «Não se pode, de facto, absolver inteiramente do pecado de

maquiavelismo este adversário de Maquiavel. Seguindo a passo e passo a sua argumentação, vê-se que, começando muitas vezes por contradizer a doutrina do *Príncipe*, acaba no fim fazendo-lhe as maiores concessões.» (pág. 97). No entanto, logo recua, sinceramente alarmado (cf. pág. 99).

São notáveis de fina observação e clara inteligência dos homens, das épocas e dos problemas, as páginas em que o A. procura o lugar certo que pertence a Saavedra no debate de Maquiavel com Anti-Maquiavel. Mas penso que não haveria razão para ver Saavedra aproximar-se de Maquiavel naquele ponto em que afirma interessarem as virtudes do príncipe a si mesmo e ao Estado, quando, no cidadão, só a êle próprio interessam. Essa afirmação de Saavedra não está em contradição com o Evangelho. Foi num caso paralelo que Cristo disse: «Vós sois a luz do mundo. Não pode estar escondida uma cidade situada no alto dum monte. Nem se acende uma lanterna para se pôr debaixo do alqueire, mas sobre o candelabro para alumiar todos os que estão em casa.» (Mat., v, 14-16).

Partindo da posição de Saavedra em frente de Maquiavel, o A. dedica páginas de cuidada análise às ideias políticas do diplomata espanhol.

Agora chegamos à parte desta obra que mais directamente interessa a portugueses. Dois capítulos: *Escritores políticos portugueses dos séculos xvi e xvii* e *Raão de Estado de Barbosa Homem*. A introduzir o primeiro, afirma o A. que, na literatura do século xvii, «os problemas que se põem ante os espíritos são invariavelmente eternamente os mesmos. A unidade espiritual é um facto na Península até ao século xviii». Algum exagêro se poderia notar nestas afirmações tão absolutas. Mas o interêsse dêste capítulo reside no cuidado com que anota as obras políticas de portugueses, desde Vasco Fernandes de Lucena (séc. xv), até Fr. João dos Prazeres, cujo *Abecedario Real* sai em Lisboa em 1692.

<(Lato sensu, toda a política [entenda-se: literatura política] portuguesa e espanhola da época é antimachiavélica, no sentido de que coloca a religião e a moral no primeiro plano.» Mas, quando se trata de encontrar refutações directas, só dois autores — diz o Dr. Vergilio Taborde — nos servem ao intento. São êles: D. Jerónimo Osório e Pedro Barbosa Homem.

Sobre o último se debruçou o A. com mais demora. E fica-se com pena de não ver um escritor político de primeira plana, como o Bispo de Silves foi, estudado mais de espaço, com aquela agudeza de espírito que o malogrado A. punha no que escrevia — e nomeadamente nas breves anotações que faz ao *De Nobilitate Christiana* de Osório.

Barbosa Homem intenta conservar lídima a *raão de Estado*, que o Maquiavelismo, deturpando, à face da consciência cristã tornara condenável ; e desenvolve a costumada teoria dos dois Poderes, e da origem, titular, legitimidade e formas do Poder temporal. Dois momentos de originalidade foca o A. em Barbosa Homem: a defesa do princípio das Nacionalidades contra o Universalismo imperial da Idade Média, e a condenação do régimen mixto, em que os vícios da Democracia se acrescentam com os defeitos da Aristocracia.

Com o estudo da *raão de Estado* de Barbosa Homem, fechou o A. esta obra a tantos títulos meritória. Um aspecto queremos salientar: a consciência com que o Dr. Vergilio Taborda constantemente indica as fontes do seu estudo.

Ao terminar estas singelas notas, que nem críticas são, louvamos a «devoção fraterna» que, prestando ao A. homenagem sentida, à Cultura política portuguesa prestou inestimável serviço.

HENRIQUE BARRILARO RUAS

LUIZ GONZAGA DE AZEVEDO: *História de Portugal*. Vol. iv.
Lisboa, 1942.

Proseguindo a benemérita tarefa de dar à luz da publicidade a obra que o P.^e Luiz Gonzaga de Azevedo deixara inédita, brinda-nos éste ano o Sr. P.^e Domingos Maurício Gomes dos Santos, S. I., com mais um volume da sua *História de Portugal* (4).

P) Dos três primeiros volumes dei notícia no tómo 1 desta revista, págs. 286-299. Ao 5.º, também publicado em 1942, farei referência no próximo tómo.